

A ATUAÇÃO DO ILS NO ÂMBITO ACADÊMICO

Diná Souza da Silva

Kartya Vieira Moreira

Universidade Federal do Ceará

Eixo Temático: Discurso e tradução/interpretação de/para a língua de sinais

Resumo: Com o crescente apoio da legislação, o profissional intérprete de língua de sinais (ILS), no Brasil, vem ganhando, cada vez mais espaço de inserção. Assim, se propõe discutir sobre a presença do intérprete de língua de sinais no processo de aprendizagem do aluno surdo, uma vez que a educação tem solicitado este profissional, sem, no entanto conhecer a sua função e abrangência na sala de aula. A presente descrição de experiência trata das vivências, de como os intérpretes de língua de sinais atuam no ensino superior e na pós-graduação dentro de uma proposta de educação inclusiva. Estudos como uma anterior formação e preparação dos docentes para desempenharem suas funções, diante da realidade e especificidades que surgem ao ter uma pessoa surda e o intérprete de língua de sinais em sala de aula, a atuação dos próprios intérpretes para a árdua tarefa de entremeação lingüística e cultural no âmbito acadêmico. Os trabalhos que se ocupam em refletir sobre o intérprete de língua de sinais ainda são escassos e, quando sobrevêm, são principalmente redigidos por teóricos da educação que sondam o assunto apenas para locar a língua de sinais, e para discursar sobre este, como sendo mais um recurso pedagógico “canalizador” e “moderador” do processo de aprendizagem. Por fim, este artigo objetiva também realizar uma aproximação entre aspectos teóricos e a prática do intérprete de língua de sinais, seus lances adversos existentes, de caráter institucional e burocrático, diariamente presenciados no trabalho do intérprete de língua de sinais, entre outros, apresentando-os a fim de refletirmos sobre os possíveis caminhos para a atuação desse profissional neste nível de ensino.

Palavras chave: interprete de língua de sinais; educação inclusiva; atuação, lingüística.

Introdução

A atuação profissional do intérprete de LIBRAS encontra-se em processo de expansão, porém sua legitimação encontra-se ainda em fase de consolidação. Da mesma forma que a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) teve seu reconhecimento tardio, a participação deste profissional no campo educacional ainda vem galgando esse espaço de inserção e reconhecimento.

Na grande maioria das situações o ILS é inserido nas unidades de ensino, apenas para serem cumpridas as propostas e leis educacionais. Segundo Lacerda, a inclusão ainda não é satisfatória, já que as pessoas com necessidades especiais necessitam de várias outras condições, além da presença de um intérprete em sala de aula. Desta forma se faz necessário um olhar mais voltado para esses questionamentos, afim de que, os surdos possam se beneficiar verdadeiramente dessa inclusão.

Uma análise bibliográfica sobre a atuação do intérprete de Língua de Sinais no âmbito educacional nos permite reconhecer, que tais estudos, ainda são escassos. Seus relatos escritos por teóricos da educação apenas servem para locar a língua de sinais, ou fazer referência ao intérprete como um “moderador” no processo de aprendizagem dos alunos surdos.

Diante do exposto, o presente artigo foi elaborado por TILS atuantes no nível superior, que através de suas vivências nesse referido campo, apresentam seu olhar crítico enquanto atuantes neste cenário. Outro aspecto que este estudo também objetiva, refere-se à aproximação entre os aspectos teóricos e a prática do intérprete de língua de sinais, seus lances adversos e burocráticos e os possíveis caminhos para atuação deste profissional no nível superior.

Intérprete de Libras e sua trajetória: barreiras e conquistas

Buscando solucionar as questões relativas à comunicação vivenciadas pelos alunos surdos, quando de sua inserção no ensino regular, surgem propostas de reconhecimento sobre o apoio específico que estes estudantes necessitam, seja de forma

permanente ou temporária, visando alcançar os objetivos da educação. Deste modo, devem ser oferecidos apoios tecnológicos e humanos.

Como um destes apoios humanos temos o intérprete de língua de sinais, o qual foi inserido, em experiências de educação integradora na América Latina, inicialmente no ensino médio e universitário, e na universidade em vários países há anos atrás (COKELY, 1992). A inserção do intérprete de língua de sinais em sala de aula possibilita ao aluno surdo o recebimento de informações em sinais, por via de um profissional capacitado e fluente nesta língua.

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, o intérprete de língua de sinais surge em meio a trabalhos religiosos por volta dos anos 80. Na década de 90 com a ajuda da FENEIS-RJ, vários Encontros Nacionais de Interpretes de Línguas de Sinais foram realizados, fortalecendo a profissão. Nos anos seguintes em todo país realizavam-se inúmeros encontros, criavam-se listas de discussão via e-mail, os movimentos surdos iam se fortalecendo novas leis surgiam favorecendo o reconhecimento e formação do profissional intérprete de língua de sinais.

Como conquista recente temos a oficialização da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 legitima a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e com isso seu uso pelas comunidades surdas ganha respaldo do poder e dos serviços públicos. A citada lei foi regulamentada pelo Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que torna obrigatório o ensino da Libras aos estudantes dos cursos de Fonoaudiologia, Letras, Licenciatura e Pedagogia, aos estudantes de magistério e nos cursos de Educação Especial, ampliando as possibilidades quanto ao trabalho com surdos a ser desenvolvido, respeitando sua condição lingüística.

O decreto enfatiza também a importância do intérprete, antevendo a presença deste profissional nos vários contextos educacionais, inclusive no ensino superior, indicando no seu artigo 17, a necessidade de formação em nível superior de Tradutor Intérprete de LIBRAS/Português, em cursos a serem criados “A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”.

Nesta pequena trajetória pudemos perceber que a atuação do intérprete no nível acadêmico ainda é algo muito novo e que necessita de um olhar mais especial, uma vez que esta atuação envolve vários aspectos como: formação, fluência, habilidades tradutórias, ética, dentre outros. Muito já foi conquistado, mas sabemos que nesta trajetória muitos são os caminhos a serem galgados.

Inserção do ILS no âmbito acadêmico: relato de experiência.

A inclusão do ILS em nível superior, assim como, em outros níveis de ensino vem passando por um processo de ampliação, pois cada vez mais instituições de ensino buscam o trabalho deste profissional em sala de aula. A grande preocupação enquanto profissionais da área remete-se a forma como estes estão sendo inclusos nesse cenário da educação. O desconhecimento pela instituição e núcleo de professores da real função e abrangência do intérprete de língua de sinais neste ambiente de trabalho ainda é fato recidivo.

A figura do ILS precisa ser reconhecida, nas experiências diárias vivenciadas percebemos que a visão atual dessa classe pelos professores e alunos ouvintes de salas inclusivas encontra-se em fase de construção. Na grande maioria das vezes somos vistos como mediadores no processo de comunicação, ou seja, responsáveis por verter de uma língua para outra, para que de fato os interlocutores se compreendam.

A visão citada acima contempla um dos atributos do intérprete educacional, porém sua atuação não se finda por aí; assim como PERLIN, 2006 destaca que, quanto mais se reflete sobre a presença do ILS, mais se compreende a complexidade de seu papel, as profundidades e dimensão de sua atuação. Percebe-se então que tais profissionais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade.

Diante dessa temática de estudo, o principal ponto alarmante refere-se ao grupo de ensino que por vezes creditam a responsabilidade do processo de aprendizagem do

aluno surdo somente ao intérprete, por este ser o vínculo em sala de aula mais próximo do surdo. Muitas vezes pelo desconhecimento, a aproximação e a relação professor-aluno ficam limitada; de fato, não podemos generalizar a todos os educadores, porém um grande percentual ainda defende tal idéia.

O intérprete é personagem atuante e facilitador no cenário de ensino, porém o desenvolvimento e sucesso acadêmico do aluno envolvem também outros participantes tais como, o próprio aluno surdo o professor, a sua metodologia e os objetivos que este traça respeitando a diferença lingüística.

A atuação do professor, pode ser otimizada dependendo do seu nível de conhecimento e interesse pelo desenvolvimento do seu aluno surdo. Na sua grande maioria pecam pelo desconhecimento, ou seja, a presença do aluno surdo é algo “novo”, “diferente” e instiga o profissional a aprofundar-se de tais temáticas. Em algumas situações chegam à sala de aula sem saber que iriam ter um cliente diferenciado. Porém, não podemos locar a culpa simplesmente na instituição de ensino, pois esta em alguns eventos organiza palestras e oficinas que envolvem inclusão, mas estas não são procuradas por estes mesmo educadores.

Outro participante também ativo nesse ambiente é o intérprete de Língua de Sinais, para executar o seu trabalho de forma clara e efetiva é necessário seguir alguns aspectos básicos: possuir curso de formação de intérprete no qual englobam o conhecimento do sujeito “ Surdo”, ética profissional, dentre outros conhecimentos específicos; ter competência lingüística e referencial do tema que será interpretado/traduzido, possuir vocabulário expandido, sendo fluente em língua portuguesa para utilizar tais conhecimento no momento do ato tradutório tanto para VOZ-SINAL, como SINAL-VOZ.

No entanto sabemos que no cotidiano universitário o tempo de estudo para o tema que será interpretado, praticamente é resumido; e o ILS tem que realizar seu trabalho sobre uma pressão de urgência e competência que lhe é exigida (SANTOS; MASSUTI). Conhecer termos técnicos e específicos a cada curso, a utilização da datilologia, e o uso de sinais que muitas vezes são criados no momento do ato tradutório pelos próprios surdos para agilizar a entremeação lingüística, quando tal “termo” é

repetido por várias vezes durante a transmissão do conteúdo pelo professor. Tais achados citados anteriormente são fatores decisivos que facilitam o processo de intermediação.

O processo de aprendizagem dos surdos: visão do cenário acadêmico pelo ILS

Neste âmbito de ensino exige uma nova forma de pensar e fazer educação sobre a inserção do aluno surdo; vivenciar esta experiência em loco nos permite conhecer as lutas, dificuldades e conquistas vividas neste ambiente. Um dos aspectos que ainda se apresentam de forma latente, embora a Língua de Sinais esteja em constante divulgação após a sua oficialização, remete-se ao fato de surdos que ingressam no nível superior possuindo um atraso lingüístico visível, muitas vezes pela não aceitação da família ao uso da LIBRAS ou pelo reconhecimento tardio da própria identidade surda, estes sujeitos tendem a passar por dificuldades de compreensão dos conteúdos em sala de aula.

Tais aspectos são facilmente percebidos primeiramente pelo intérprete, seja pelo olhar ou pelas expressões faciais que denotam que a informação que está sendo repassada, não está clara. Por vezes, os surdos desconhecem tais sinais, muitas vezes básicos, mas não se manifestam, cabendo ao intérprete perceber tal situação e indagar as dificuldades sentidas por ele. Comprovando a afirmativa que o papel do intérprete é ativo e não apenas passivo indo além de um canal mediador neste processo.

Outro ponto que reflete a necessidade de urgência e agilidade do ato tradutório/interpretativo refere-se aos conteúdos que possuem inúmeros termos “chaves” que são abstratos, não possuem sinal específico e, portanto precisam de uma tomada de decisão por parte do profissional que necessitará explicar, muitas vezes usando acréscimo e exemplos de cada termo citado anteriormente, ao mesmo tempo este ILS, precisa estar conectado ao professor para não perder o “gancho” e permanecer dentro do contexto, perdendo o mínimo de informações relevantes, isso tudo, em um espaço mínimo de tempo, em minutos ou segundos.

Sendo assim podemos perceber através do contato diário que os surdos que possuem um nível lingüístico fluente, conseguem compreender de forma mais rápida as

informações, tendo sua dificuldade sendo despertada por outros aspectos tais como, metodologia utilizada pelo professor, escolhas de avaliação, não realização de uma correção diferenciada das provas e trabalhos com apoio do intérprete quando necessário, a fim de traduzir o que foi escrito pelo aluno. Em suma, o processo de aprendizagem do surdo é um processo que exige constante sintonia das partes envolvidas: aluno, professor e intérprete.

Considerações finais

Diante das questões expostas é possível concluir que o intérprete, por sua difícil tarefa de tornar acessível ao estudante surdo os conteúdos científicos, necessita de formação contínua. Estratégias como o acesso com antecedência, ao material a ser transmitido pelo intérprete durante a aula, podem colaborar para a melhoria da interpretação dos conceitos. Assim, é imprescindível a parceria do intérprete e o professor, permitindo minimizar alguns dos problemas voltados à inclusão no âmbito acadêmico, facilitando assim, o acesso aos conteúdos pelo aluno surdo.

A tarefa do intérprete se torna complexo e por vezes distorcido, sendo que apenas “o interpretar” não é suficiente. O ILS precisa buscar sinais e formas adequadas de passar os conteúdos na tentativa de construir com os alunos os conceitos almejados a partir das possibilidades que apresentam. O referido profissional necessita ainda ter formação específica sobre os conteúdos acadêmicos em que atua, além de uma formação inicial que o habilite para atuar como intérprete, uma vez que a falta de conhecimento referencial faz com se torne cada vez mais difícil sua atuação e, conseqüentemente, uma efetiva aprendizagem para os surdos que se encontram no neste nível educacional.

Por ser se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento elencamos *a priori* algumas aproximações sobre a atuação do intérprete de Libras no âmbito acadêmico. Vale salientar que a intenção não é finalizar a discussão, e sim levantar possíveis reflexões acerca desta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e o art. 18 da Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. p.28.

_____. Lei nº 10.436. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2002.

COKELY, D. **Interpretation: a sociolinguistic model**. Sing Language Dissertation Series, Silver Spring: Linstok Press, 1992.

RUSSO, Ângela. **Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção** / Ângela Russo; orientadora: Regina Maria Varini Mutti. Porto Alegre, 2010. 133 f

MASSUTI. Mara L. **Tradução cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes**. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

PERLIN, G. “**A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais**”, ETD-Educação temática digital, Campinas, v.7, n.2, jun/p. 135-146 2006.

SANTOS, S.A. **Intérpretes de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.